

Editorial

A Constituição de 1988 é considerada um marco para a avaliação de políticas públicas no Brasil. Com ela, fica estabelecida a descentralização do Estado fortalecendo o papel das unidades da federação e municípios e reforça-se o planejamento como elemento estratégico para o desenvolvimento do país. Planejamento que já tinha história no Brasil recente, mas que ainda ficava a dever na sua completude. A tradição não havia incorporado a avaliação como componente essencial aos planos e programas por tantas vezes executados e evidenciados incompletos na prática.

No campo acadêmico, vivia-se um período rico para a avaliação. Ela se tornava "a mais viva fronteira para as ciências sociais", na percepção de Lee Cronbach. O desenvolvimento da avaliação foi possibilitado pelos avanços nos métodos de pesquisa e na estatística aplicados aos estudos das questões sociais. Ao mesmo tempo, a necessidade de métodos sofisticados para a avaliação de programas sociais estimulou as inovações metodológicas e das tecnologias da informação.

Merece destaque uma mudança importante: no início, avaliação era área de interesse dos pesquisadores e depois passou a despertar interesse nos tomadores de decisão política, nos planejadores e nos administradores que passaram a usar os resultados das pesquisas. O público em geral começou a se interessar, particularmente os usuários dos programas. A avaliação tornou-se componente político no complexo mosaico de onde saem as decisões políticas, o desenho e a implementação de programas.

Os anos 1990 chegaram com o conservadorismo fiscal e descrença nas políticas sociais. O Consenso de Washington pregou o Estado mínimo, fez a crítica ao Estado do bem-estar social e desencadeou o processo de privatizações. Vivia-se a globalização e o fim do "socialismo real". Tudo isso somente fortaleceu a necessidade de avaliação. Na opinião de Eleanor Chelimsky

e William Shadish, a avaliação se tornara internacional.

No Brasil, o governo neoliberal lançava o Plano Diretor da Reforma do Estado. Em cumprimento à Constituição, surge o primeiro Plano Plurianual (PPA) efetivo para o período de 1996-99, no primeiro Governo FHC, também denominado Brasil em Ação, seguido pelo Plano Avança Brasil de 2000-03.

Com a eleição do Presidente Lula, o planejamento avança na perspectiva do "Crescimento sustentável, emprego e inclusão social", como ficou conhecido o PPA 2004-07. Muda governo, mas permanece a visão correta de organizar as políticas por meio de programas. A concepção é reforçada no PPA 2008-11, quando o segundo Governo Lula formulou o Plano de Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade.

Na segunda metade de 2010, assiste-se à consolidação de uma estratégia vitoriosa. Em meio ao debate das eleições presidencial, governamentais e legislativas, não há uma só voz dissonante do modelo de organização de planos e programas. Pode até haver algum candidato que não compreenda o significado real do modelo e discorde de alguns programas, mas não quem condene sua existência e a necessidade de monitoramento e avaliação.

Nesta edição da Revista Avaliação de Políticas Públicas, concretiza-se o resultado de estudos sobre temas extremamente variados, que vão da moradia a agricultura familiar, passando pela saúde, educação, trabalho infantil e urbanização. O que é comum em todos os temas é o foco nos programas sociais e, em particular, na avaliação de impactos e de processos. Se a ação do Estado e as decisões dos governantes são norteadas pelo planejamento e avaliação, a academia, os pesquisadores e os técnicos do setor público também estão sintonizados com esta perspectiva e realizam análises essenciais para a compreensão deste fenômeno e do significado das políticas para as melhorias sociais.

É cedo para assegurar que o ciclo de consolidação da avaliação como prática definitiva das políticas públicas está concluído, mas é seguro afirmar que, em

grande parte, isto já foi conquistado.

Luiz Antônio Maciel de Paula
Pelos editores